

GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em
Ciências Jurídicas
Aplicadas aos Tribunais
do Trabalho





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Ciências Jurídicas Aplicadas aos Tribunais do Trabalho	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	12
Diferenciais tecnológicos	13
Ingresso	14

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Fernando Maciel
Coordenador

Procurador Federal em Brasília, integrante do Núcleo de Tribunais Superiores da Procuradoria Nacional Federal de Contencioso Previdenciário, ex-Chefe da Divisão de Gerenciamento da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social (CONJUR-MPS), Ex-Coordenador-Geral de Assuntos Previdenciários da CONJUR-MPS, Ex-Vice-Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, Ex-Coordenador-Geral da Matéria de Benefícios da Procuradoria Federal Especializada da INSS (PFE-INSS), Medalha do Mérito Previdenciário no Centenário da Previdência Social no Brasil (2023), Mestre em Direito das Relações Sociais pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), Master em Prevenção de Riscos Laborais pela Universidade de Alcalá de Henares (Madrid/Espanha), Especialista em Direito de Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Especialista em Docência do Ensino Superior pela GRAN Faculdade, Professor de Direito Previdenciário e Coordenador da Pós-Graduação da GRAN Faculdade, autor de obras jurídicas, dentre elas o Manual de Direito Previdenciário e o Direito Previdenciário para a OAB, ambas pela Editora Rideel.

CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS AOS TRIBUNAIS DO TRABALHO



A multiplicidade de oportunidades na área trabalhista, com seleções para tribunais especializados na matéria, além de certames envolvendo defensorias, procuradorias e secretarias de governo, gera uma grande demanda no mercado de trabalho. A pós-graduação em Ciências Jurídicas aplicadas aos Tribunais do Trabalho traz um estudo aprofundado, com abordagem prática e teórica das disciplinas ligadas diretamente ao Direito material e processual do Trabalho, entre outras que possuem relação direta.

DESTAQUES DO CURSO

Habilitar o interessado ao enfrentamento de provas que exijam conteúdos relacionados ao Direito Material e Processual do Trabalho, bem como outras áreas limítrofes do Direito;

Capacitar membros de Poder, servidores públicos e candidatos ao serviço público, além de advogados e profissionais de empresas privadas que busquem se aperfeiçoar na área trabalhista;

Habilitar profissionais graduados, tecnólogos e licenciados em diferentes áreas em conhecimentos teóricos e práticos para a melhor compreensão dos meandros do Direito do Trabalho e Processo do Trabalho;

Desenvolver competências que habilitem o profissional a posicionar-se com a lei em face de situações concretas envolvendo o administrado e o Estado, com o propósito de unir o conhecimento técnico à preocupação com as questões sociais, contribuindo assim para a consolidação de importantes valores como a cidadania e a dignidade da pessoa humana.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis e tecnólogos em geral. Advogados. Juízes. Procuradores. Professores. Pesquisadores. Interessados em se tornar servidor nos Tribunais do Trabalho ou nas Funções Essenciais à Justiça.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Ciências Jurídicas Aplicadas aos Tribunais do Trabalho tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		Carga Horária
01	Direito Constitucional	45h
02	Direito Individual do Trabalho I	20h
03	Direito Individual do Trabalho II	45h
04	Direito Coletivo do Trabalho	15h
05	Direito Administrativo	40h
06	Direito Processual Civil	45h
07	Direito Previdenciário	30h
08	Direito Processual do Trabalho	35h
09	Recursos Trabalhistas	20h
10	Direito Processual do Trabalho – Procedimentos Especiais	20h
11	Execução Trabalhista	15h
12	Direito Civil	30h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 horas
TOTAL DO CURSO		400 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITO CONSTITUCIONAL	Teoria da Constituição. Conceito, classificação (tipologia) e elementos. Poder constituinte (espécies e limites). Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Métodos e princípios de interpretação. Regras, princípios e postulados constitucionais. Hierarquia das normas e supremacia da Constituição. História constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988. Estrutura. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO I	Dilemas do trabalho e do emprego na atualidade. Responsabilidade civil no direito do trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho. Alterações do contrato de trabalho. Jornada de trabalho: períodos de repouso, isonomia salarial e equiparação salarial. Contratos de trabalho especiais: professor, jornalista, atleta, artista etc. Salário, remuneração e adicionais. Duração do contrato de trabalho. Contratos internacionais do trabalho. Formas de garantia de emprego. Extinção do contrato de trabalho. Organização e atuação sindical. Princípios constitucionais. Unicidade, pluralidade e representatividade. Conflitos coletivos de trabalho: formas de solução e impactos nos contratos de trabalho (vigência e incorporação). Formas de participação e representação dos trabalhadores nas empresas: cooperativismo e sindicalismo. Direito de greve e abuso de greve. Atividades essenciais e responsabilidade trabalhista. Greve no serviço público. Novos desafios da atualidade: papel dos sindicatos e das centrais sindicais. Dissídio coletivo de trabalho (poder normativo, aspectos formais e processuais do dissídio coletivo, sentença normativa e ação de cumprimento). Negociação por empresa e ação anulatória de cláusula normativa.
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO II	Dilemas do trabalho e do emprego na atualidade. Responsabilidade civil no direito do trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho. Alterações do contrato de trabalho. Jornada de trabalho: períodos de repouso, isonomia salarial e equiparação salarial. Contratos de trabalho especiais: professor, jornalista, atleta, artista etc. Salário, remuneração e adicionais. Duração do contrato de trabalho. Contratos internacionais do trabalho. Formas de garantia de emprego. Extinção do contrato de trabalho. Organização e atuação sindical. Princípios constitucionais. Unicidade, pluralidade e representatividade. Conflitos coletivos de trabalho: formas de solução e impactos nos contratos de trabalho (vigência e incorporação). Formas de participação e representação dos trabalhadores nas empresas: cooperativismo e sindicalismo. Direito de greve e abuso de greve. Atividades essenciais e responsabilidade trabalhista. Greve no serviço público. Novos desafios da atualidade: papel dos sindicatos e das centrais sindicais. Dissídio coletivo de trabalho (poder normativo, aspectos formais e processuais do dissídio coletivo, sentença normativa e ação de cumprimento). Negociação por empresa e ação anulatória de cláusula normativa.

<p>DIREITO COLETIVO DO TRABALHO</p>	<p>Relação de trabalho x Relação de emprego. Direitos constitucionais dos trabalhadores. Princípios peculiares do direito do trabalho. Fontes do direito do trabalho. Organização e atuação sindical. Princípios constitucionais. Unicidade, pluralidade e representatividade. Conflitos coletivos de trabalho: formas de solução e impactos nos contratos de trabalho (vigência e incorporação). Formas de participação e representação dos trabalhadores nas empresas: cooperativismo e sindicalismo. Direito de greve e abuso de greve. Atividades essenciais e responsabilidade trabalhista. Greve no serviço público. Novos desafios da atualidade: papel dos sindicatos e das centrais sindicais. Dissídio coletivo de trabalho (poder normativo, aspectos formais e processuais do dissídio coletivo, sentença normativa e ação de cumprimento). Negociação por empresa e ação anulatória de cláusula normativa.</p>
<p>DIREITO ADMINISTRATIVO</p>	<p>Introdução ao direito administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/ orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (Concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. Classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Processo administrativo disciplinar. Intervenção do estado na propriedade. Intervenção restritiva: servidão. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Intervenção supressiva: desapropriação. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Espécies de bens públicos. Características dos bens públicos. Tipos de uso de bens públicos. Serviços públicos. Titularidade e forma de prestação. Conceito de serviço público. Responsabilidade das concessionárias de serviço público. Princípios do serviço público. Concessão e permissão de serviços públicos. Lei n. 11.107/2005. Processo administrativo. Lei n. 9.784/1999. Responsabilidade civil do estado. Evolução histórica da responsabilidade estatal. Pressupostos da responsabilidade do estado. Tipos de responsabilidade. Fatores de exclusão. Responsabilidade por ato judicial. Responsabilidade por atos legislativos. Ação regressiva. Prescrição.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p>	<p>Teoria Geral do Processo. Processo de Conhecimento. Processo de Execução. Processo Cautelar.</p>
<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO</p>	<p>Evolução histórica da proteção social. A seguridade social na Constituição Federal de 1988. Princípios constitucionais. Estrutura e organização da seguridade social: saúde. Assistência social e previdência social. Regimes de previdência. RGPS. Beneficiários do RGPS. Qualidade de segurado. Comprovação e manutenção da qualidade de segurado. Carência para fins de concessão dos benefícios no RGPS. Cálculo da renda mensal inicial. Benefícios em espécie. Revisões de benefícios previdenciários. Custeio da seguridade. Regime próprio de previdência social. Previdência complementar. Contexto atual da proteção social. Reforma da Previdência: EC n. 103/2019. Crimes contra a Previdência.</p>

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Princípios do Direito Processual. Princípios Constitucionais. Princípios do processo civil e do processo do trabalho. Competência e jurisdição. Petição inicial e resposta do réu. Audiência e provas. Sentença, coisa julgada e embargos declaratórios. Teoria geral dos recursos e recurso ordinário. Recurso de revista, agravo de instrumento, embargos para SDI e agravo regimental. Ação rescisória e ação anulatória na justiça do trabalho. Execução: parte geral e liquidação. Execução, embargos à execução, agravo de petição e hasta pública. Execução de contribuições sociais na justiça do trabalho. Embargos à execução, agravo de petição e hasta pública. Tutelas de urgência no processo do trabalho.
RECURSOS TRABALHISTAS	Estudo dos recursos no âmbito do processo trabalhista, com foco em suas especificidades e fundamentos legais. Análise detalhada dos princípios que orientam os recursos, das hipóteses de cabimento, prazos, efeitos processuais e requisitos formais. Discussão sobre o papel e a atuação dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), com ênfase nas suas decisões e impactos. A disciplina também aborda, de maneira prática, a interposição de recursos e suas estratégias processuais, promovendo uma reflexão crítica sobre a jurisprudência recente, especialmente à luz das mudanças introduzidas pela Reforma Trabalhista.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	Princípios do Direito Processual. Princípios constitucionais. Princípios do processo civil e do processo do trabalho. Competência e jurisdição. Petição inicial e resposta do réu. Audiência e provas. Sentença, coisa julgada e embargos declaratórios. Teoria geral dos recursos e recurso ordinário. Recurso de revista, agravo de instrumento, embargos para SDI e agravo regimental. Ação rescisória e ação anulatória na justiça do trabalho. Execução: parte geral e liquidação. Execução, embargos à execução, agravo de petição e hasta pública. Execução de contribuições sociais na justiça do trabalho. Embargos à execução, agravo de petição e hasta pública. Tutelas de urgência no processo do trabalho.
EXECUÇÃO TRABALHISTA	Análise dos mecanismos de execução no processo trabalhista, com ênfase nas fases de liquidação, citação, penhora e expropriação de bens. Estudo das garantias do credor e do devedor, incluindo os meios de defesa, como embargos à execução e impugnações, e a utilização de medidas coercitivas, como arresto, sequestro e penhora eletrônica. Discussão sobre a efetividade da execução à luz das mudanças trazidas pela Reforma Trabalhista, explorando o uso de ferramentas eletrônicas e alternativas para a satisfação dos créditos. Investigação crítica da jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) no âmbito da execução.
DIREITO CIVIL	A evolução contemporânea do direito civil. Constituição e Código Civil: reciprocidade e interação. Princípios e regras constitucionais e sua aplicação ao direito civil. Direitos fundamentais e o direito civil: colisão de direitos privados constitucionalizados. Publicização e repersonalização das relações civis. Sujeito de direito e dignidade humana. Espécies e conteúdo dos direitos da personalidade: dificuldades de garantir efetividade e proteção. Direito obrigacional. Princípios sociais do contrato. Revisão dos contratos, proteção contratual do consumidor e da parte contratante mais vulnerável. A tensão entre a justiça contratual e a segurança jurídica. A questão do adimplemento substancial. A evolução da responsabilidade civil no Estado social. Fundamentos, elementos e tipos atuais da responsabilidade civil. Da culpa ao risco. Responsabilidade civil por inadimplemento obrigacional. Princípios e regras gerais constitucionais aplicáveis. O problema da quantificação do dano moral. Novas formas de compensação do dano. Danos sociais.

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas aos Tribunais do Trabalho é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas aos Tribunais do Trabalho é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas aos Tribunais do Trabalho é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

